

COPPEAD/UFRJ

RELATÓRIO COPPEAD Nº 301

O NÍVEL DE SOLVÊNCIA DAS
SEGURADORAS BRASILEIRAS

Roberto Westenberger*

Luiz Roberto Maia Gonçalves**

Julho, 1995

- * Professor da COPPEAD e Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Seguros
- ** Mestre em Administração de Empresas pela COPPEAD/UFRJ.

Nos últimos meses, com as grandes mudanças que vêm sendo estudadas para modernizar o mercado segurador, a questão da solvência tem sido alvo de preocupação de todas as pessoas que de alguma forma estão envolvidas naquele processo de discussão.

Este trabalho procura conceituar a solvência e analisar o funcionamento do modelo de controle em uso no Brasil, verificando como uma amostra abrangente de seguradoras brasileiras se situa em relação às exigências desta regulamentação.

1 DEFINIÇÃO

Simplificadamente, a solvência pode ser definida como a capacidade de uma empresa fazer frente a todas as suas obrigações futuras.

No caso das seguradoras, o problema da solvência adquire uma importância e complexidade peculiares, já que o produto que se vende agora ainda vai ser fabricado. Com efeito, a empresa, baseada em estimativas e alocando uma margem para lucro e possíveis erros e variações nestas estimativas, estabelece *a priori* o preço a ser cobrado pelo contrato de seguro, que terá vigência em um período posterior ao pagamento efetuado.

Desta forma, pode-se concluir que o risco inerente a esta atividade deve receber um tratamento diferente daquele dispensado a setores como o comércio ou indústria tradicionais, onde qualquer aumento nos custos de fabricação, comercialização ou matéria-prima pode ser, na maioria dos casos, imediatamente repassado ao cliente. Como muitos dos contratos de seguro têm validade de um ano, sendo o prêmio em geral pago antecipadamente, pode-se perceber que o problema da solvência de seguradoras é mais complexo que o de empresas comuns: além desta maior rigidez nos preços cobrados pelas "mercadorias" (resposta mais lenta a mudanças dos custos), as suas obrigações estão sujeitas a variações aleatórias que merecem algum tipo de tratamento estatístico.

2 O PAPEL DO ESTADO

A regulamentação estatal deve proteger aqueles que têm algum tipo de crédito com seguradoras, especialmente os segurados. Fazendo isto, o controle também cumpre uma outra função, que é a de preservar a imagem deste mercado: no contrato de seguro, o cliente compra resultados previsíveis, confiando no fato de que uma empresa virá em seu socorro no caso de ocorrer o sinistro, pagando antecipadamente por esta proteção. Sendo a confiança um ponto fundamental no negócio, o Estado deve se encarregar de avaliar a solvência de todas as empresas através de uma regulamentação adequada ao seu controle, zelando para que permaneça em níveis aceitáveis e que os contratos possam ser honrados, viabilizando assim a indústria securitária como um todo.

O controle de solvência com fins gerenciais, por outro lado, tem um objetivo mais amplo que a avaliação com fins de fiscalização: ele visa basicamente fornecer uma idéia da real posição financeira da empresa e da sua capacidade de sobreviver frente aos riscos existentes.

Uma implicação imediata desta dicotomia é a utilização dos conceitos estático e dinâmico de solvência. A solvência estática consiste na existência de ativos suficientes para fazer frente às obrigações, com o pressuposto básico de que a empresa não realiza novos negócios, hipótese conhecida com *break-up* (ou *run-off*). A solvência dinâmica consiste na existência de reservas suficientes para que a companhia continue a realizar seus negócios e permaneça com uma alta probabilidade de honrar seus compromissos futuros. Desta forma, a preocupação natural da gerência deve ser com a solvência dinâmica, já que o conceito estático adota uma hipótese (o encerramento forçado das operações da empresa) de limitado interesse em termos gerenciais e que geralmente leva a uma margem de solvência maior.

Uma outra diferença prática básica entre a abordagem estatal e a gerencial está no horizonte de tempo a ser considerado na avaliação das chances da empresa de se manter solvente: enquanto na primeira um horizonte de tempo mais restrito (um a dois anos) seria suficiente, a segunda exige naturalmente uma perspectiva de longo prazo (até dez anos, por exemplo). Uma outra diferença importante diz respeito à conveniência ou até mesmo à necessidade de simplicidade das regras de fiscalização para que possam ser aceitas para uso em regulamentos.

3 RISCO E SOLVÊNCIA

Ao contrário do que muitos acreditam, o controle da solvência de uma seguradora vai além do simples controle da adequada composição de prêmios e cálculo de reservas técnicas.

O dimensionamento adequado do prêmio permite que a atividade seja viável, garantindo a lucratividade e a formação das reservas técnicas. Estas, por sua vez, procuram fazer frente às obrigações assumidas com os segurados.

Embora o seu cálculo adequado seja extremamente importante, as reservas técnicas não são capazes de, sozinhas, garantirem a companhia contra eventualidades que podem levá-la à insolvência. Para este fim, devem existir as reservas livres, também denominadas Margem de Solvência.

Esta pode ser definida como o excesso dos ativos sobre as obrigações, configurando assim um reservatório que garante o pagamento dos débitos mesmo frente a eventuais discrepâncias entre os valores efetivamente realizados e os esperados, tanto no fluxo de entrada de recursos (prêmios pagos e retorno sobre investimentos, por exemplo) quanto no de saída (valor total dos sinistros e das despesas operacionais, por exemplo).

A denominação de margem deve-se, possivelmente, ao fato desta consistir em um adicional às reservas técnicas da empresa que, caso não houvesse variação em relação às probabilidades de perdas esperadas, seriam sozinhas capazes de fazer frente aos compromissos assumidos.

BENJAMIN [1977, p. 279] sugere que a Margem de Solvência (doravante simplesmente MS) tem cinco finalidades básicas:

- "- Equalizar flutuações randômicas nos sinistros em adição a alguma provisão feita nas reservas técnicas.
- Agir como um colchão contra flutuações ou tendências adversas nas probabilidades básicas dos sinistros, tais como o efeito das condições climáticas nos sinistros de incêndio e mudanças legislativas nos sinistros de responsabilidade civil.
- Agir como um colchão contra perdas em investimentos.

- Cobrir riscos diversos, como:
 - * Catástrofes naturais, ciclones, terremotos etc.
 - * Falha de resseguro.
 - * Fraudes ou outros desfalques.

(...)

- Fornecer um colchão para perdas potenciais surgidas de falhas na administração, como inabilidade para cortar despesas, formar reservas adequadamente ou controlar a expansão de forma apropriada."

Existem vários modelos que se propõem a avaliar o nível de solvência das seguradoras. Uma discussão sobre as diferentes premissas e formas de cálculo, assim como breves descrições do funcionamento de alguns deles podem ser encontradas em GONÇALVES [1992].

4 O CRITÉRIO BRASILEIRO DE SOLVÊNCIA

De acordo com a resolução CNPS número 008/89, de 21/07/1989, todas as sociedades seguradoras que operam no país devem apresentar, por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras de junho e dezembro, uma Margem de Solvência satisfatória, que consiste na existência de um Ativo Líquido (doravante simplesmente AL) no mínimo igual ou maior dos seguintes valores:

- a) Vinte por cento da média anual do total da receita líquida de prêmios emitidos nos últimos 36 meses.
- b) Um terço da média anual do total de sinistros ocorridos e avisados nos últimos 60 meses.

Para o cálculo devem ser computadas as operações de todos os ramos com exceção de vida individual e contribuição de previdência privada aberta. Os valores são calculados a preços constantes, incluindo prêmios e sinistros das operações de retrocessão e sendo líquidos de resseguros e cosseguros cedidos, restituições, ressarcimentos, anulações, cancelamentos e salvados.

O AL, conforme definido na resolução CNPS número 08/87, corresponde ao Patrimônio Líquido (doravante simplesmente PL) com os seguintes ajustes:

Adições:

- Lucros não realizados da carteira de ações e quotas de fundos de investimentos em ações.
- Receitas de exercícios futuros efetivamente recebidas.

Deduções:

- Destaque de capital para Departamento de Previdência Privada (corrigido monetariamente).
- Participações, diretas ou indiretas, em sociedades congêneres e/ou entidades abertas de previdência privada de fins lucrativos, atualizadas pela equivalência patrimonial.
- Despesas antecipadas.
- Despesas de exercícios futuros efetivamente incorridas.

O Limite de Margem é definido como 50% do montante correspondente à MS e correspondente a um sinal vermelho, mostrando que as medidas mais imediatas devem ser tomadas no caso do AL se tornar inferior a este valor. Esta definição é imprecisa e gera confusão quando da sua aplicação. Para contornar esta dificuldade, serão redefinidos no item 5 os termos utilizados na avaliação da solvência.

Analogamente ao padrão europeu, o cálculo com base nos sinistros tem a função de prevenir margens subestimadas no caso de sinistralidades médias muito altas. Até o limite de 60% de sinistralidade média, a regra dos prêmios predomina; a partir daí passa a vigorar a regra de um terço dos sinistros.

5 AS NECESSIDADES DE MARGEM E O NÍVEL DE SOLVÊNCIA DAS SEGURADORAS BRASILEIRAS

Na tentativa de evitar a ambigüidade contida nas definições oficiais das grandezas envolvidas na avaliação de solvência, serão definidos os principais termos relacionados ao controle de solvência, quais sejam: Necessidade de Margem, Margem de Solvência e Limite de Margem.

- * MS - Excesso dos ativos sobre as obrigações. Valor que garante a seguradora contra outras eventualidades não previstas na formação das reservas técnicas. Tanto o PL como o AL podem ser tomados como estimadores da Margem de Solvência de uma seguradora, sendo o primeiro valor um pouco mais grosseiro.
- * Necessidade de Margem - É o valor mínimo que a seguradora deve apresentar para a sua MS, de forma que o seu risco de insolvência seja considerado aceitável. Também pode ser chamado de Margem de Solvência Mínima ou Margem de Solvência Requerida. Em geral este valor é dimensionado como uma função dos prêmios e sinistros da seguradora
- * Limite de Margem - Corresponde a 50% da Necessidade de Margem, e não da MS, conforme a regra oficial em uso específica.

Vários problemas surgem quando se procura aplicar a regra brasileira de solvência às seguradoras, a começar pela própria confusão criada pela má redação da norma. As informações necessárias para se determinar as Necessidades de Margem das empresas seriam: prêmios médios anuais dos últimos três anos e média dos sinistros dos últimos cinco anos. O AL também seria imprescindível para saber se a Necessidade de Margem está sendo atendida pela seguradora, já que ele é usado para representar o valor da MS. No entanto, há dois problemas básicos com relação a estes dados: alguns não estão disponíveis e em muitos outros falta confiabilidade.

O AL não é um dado prontamente disponível a partir dos balanços patrimoniais: para a sua obtenção, é necessário abater do valor do PL as participações diretas e indiretas em empresas congêneres e de previdência, além de fazer outros ajustes. Isto exige o uso de números que podem não constar separadamente no balanço das companhias, como é o caso das participações indiretas em outras empresas.

Por questão de simplicidade na apuração, os AL foram obtidos diretamente no mapa demonstrativo de solvência da SUSEP. Por motivos de confidencialidade, as seguradoras serão identificadas por códigos alfanuméricos, permitindo que, em anexos a seguir, possam ser apresentados os seus reais AL. Apesar daquele mapa não se mostrar confiável quanto aos números relativos aos sinistros e prêmios anuais médios, os números

relativos aos AL foram considerados satisfatórios, inclusive quando comparados com informações fornecidas pelo IRB e com o próprio PL dos balanços.

Somente algumas empresas fugiram a esta regra e apresentaram no mapa valores de AL que eram visivelmente conflitantes quando postos lado a lado com os números do IRB e os dos balanços das empresas. Foram, nestes casos, utilizados os PL constantes nos balanços do encerramento de 1991 como estimativa (um pouco grosseira) para a MS. Estas empresas da amostra são: SEG04, SEG08, SEG09, SEG14, SEG15, SEG17 e SEG25.

Outro problema existe na apuração dos dados de prêmios e sinistros anteriores a 1988: eles não são facilmente utilizáveis, pois as seguradoras não publicavam ainda o seu balanço com correção monetária integral. Caso se deseje considerar os valores como sendo do meio do ano para efeito de correção monetária, podem acontecer distorções devidas a flutuações dentro do ano.

Mais um problema surge devido às mudanças na política do governo quanto ao uso de certos indexadores para correção integral e distorções existentes nos índices que medem a inflação. O valor corrigido de balanço pode trazer pelo menos duas inquietações: até que ponto a utilização do índice oficial da correção monetária integral é eficaz na correção dos números finais do balanço e qual índice deveria então ser utilizado.

A manipulação da BTNf por ocasião do plano Collor I em março de 1990 e nos meses seguintes, à época indexador oficial para a correção monetária integral, fez com que a sua variação em relação ao IPC, seu índice de correção, atingisse 100, 48% ao longo de 1990.

Os problemas com os índices, a alta inflação dos últimos anos (que só agrava a situação), além de outras razões técnicas (ver GONÇALVES [1992, P. 67-69]), tornam desaconselhável o uso de um retrospecto de alguns anos no passado para dados como prêmios e sinistros.

Desta forma, as Necessidades de Margem (doravante simplesmente NM) foram calculadas conforme uma adaptação da regra brasileira: ao invés das médias dos últimos três anos para prêmios e cinco anos para sinistros, se usam prêmios do último ano (conforme regra européia) e sinistros médios dos últimos dois anos, ao invés dos três anos da regra européia. Como estimador da MS é utilizado o AL, conforme o método em uso no Brasil.

A redução de três para dois anos dos sinistros em relação à regra européia, foi feita somente por se acreditar que a vantagem do uso de um ano de retrospecto a mais, seja superada pelos problemas com índices, inflação e crescimento ou diminuição do faturamento da empresa. Os coeficientes de 20% para prêmios e 33% para sinistros foram mantidos, conforme a regra da SUSEP.

Foram avaliadas as Necessidades de Margem de uma série de seguradoras brasileiras. A escolha foi feita procurando reunir uma amostra abrangente e representativa do setor, incluindo as maiores da época (89/90), várias pequenas e também representantes de cada um dos seguintes grupos característicos: seguradoras ligadas a bancos, independentes, estatais, privadas nacionais e ligadas a grupos estrangeiros.

Pode-se verificar o resultados obtido da aplicação do método sobre as contas das empresas no Anexo 1, que mostra, na coluna MS/NM, que a NM está em geral bem abaixo da MS apresentada, indicando o nível satisfatório de solvência das empresas pela regra atual adaptada, com exceção da SEG29 e SEG30, que ficaram um pouco aquém do exigido. Os dados básicos usados para gerar o mapa de solvência mostrado, foram os prêmios do último ano e sinistros dos últimos dois anos retirados dos balanços de 31/12/90, além dos AL extraídos do relatório de Margem de Solvência da SUSEP.

Devido ao fato de duas empresas terem apresentado MS insuficientes, torna-se importante notar uma vez mais que o método aqui utilizado para calcular as Necessidades de Margem não é exatamente aquele da SUSEP. Algumas adaptações já descritas foram feitas, sendo aqui resumidas:

- * Os sinistros em 89, constantes no balanço corrigido de 31/12/90, foram multiplicados por 2,0048 de forma a levar em conta a defasagem entre a variação da BTNf e a do IPC ao longo do ano de 90, que foi de 100, 48%.
- * O PL foi usado no lugar do AL para estimar as MS de sete das empresas.
- * Um retrospecto de somente dois anos foi usado para os sinistros anuais, ao invés da média dos últimos cinco anos.
- * Apenas o último ano foi utilizado para o prêmio anual, ao invés da média dos últimos três anos.

Das cinco empresas com maiores índices MS/NM (todos superiores a 3,8), indicando que a MS é suficiente para cobrir mais de 3,8 vezes a NM, quatro são de grupos privados nacionais e estreitamente ligadas a grandes bancos privados nacionais SEG02, SEG03, SEG04 e SEG05.

Das quatro empresas com menores índices MS/NM (inferiores a 1,15), duas delas já com margem insuficiente, três são ligadas a grupos estrangeiros: SEG27, SEG28 e SEG29.

Possíveis explicações para o primeiro fato seriam a alta competência dos grandes conglomerados financeiros em investir o capital excedente e a abundância de recursos destes grupos, que não se importam em manter suas seguradoras muito capitalizadas, talvez até devido a vantagens fiscais.

Para o segundo aspecto apontado, qual seja, baixos índices MS/NM concentrados em empresas estrangeiras, uma possível explicação pode ser devido ao fato destas empresas tentarem aproveitar ao máximo o capital existente, subscrevendo o maior número possível de apólices devido a três motivos principais:

- * A sua alta competência e apoio técnico da matriz que ajudam na atividade de *underwriting* e favorecem o retorno operacional.
- * O temor da matriz em investir no país que à época (89/90) não apresentava um panorama favorável aos investimentos externos.
- * A necessidade do sócio brasileiro acompanhar o aumento de capital por força de lei.

Utilizando alguns dos dados básicos da tabela anterior, é fácil calcular outros importantes índices. No Anexo 2 são apresentadas a Taxa de Solvência, definida como MS sobre prêmios retidos, e a sinistralidade, definida como sinistros anuais sobre prêmios anuais.

Os dados da Taxa de Solvência praticamente repetem o resultado anterior, já que seus cálculos só diferem do índice MS/NM por um fator constante devido ao cálculo mais simples sobre os prêmios e por introduzirem os sinistros nos casos de sinistralidades acima de 60%. Esta situação só ocorre com as cinco últimas empresas da tabela de sinistralidade.

Nesta coluna é importante notar a SEG20 como última colocada, com os seus sinistros de 1990 equivalendo a 78% dos prêmios retidos naquele ano. Esta empresa teve a sua liquidação extrajudicial decretada pelo Ministério da Economia em 27/03/91 e este índice já mostrava (entre vários outros indícios, como por exemplo o atraso exagerado no pagamento dos sinistros) a degradação da sua situação via atividade de *underwriting* inadequada. No entanto, no quadro do Anexo 1 pode-se ver que a sua NM está amplamente coberta pela MS, fato que demonstra a fragilidade do atual critério oficial de avaliação de solvência.

6- CONCLUSÕES

A regra atualmente em uso no Brasil, adaptada com poucas modificações da regra em uso na Europa, tem alguns problemas com relação à sua aplicação e utilização:

- Não-obrigatoriedade de apresentação de balanços com correção monetária integral antes de 1988, o que prejudicava a avaliação dos valores reais de prêmios e sinistros anuais.
- Distorções criadas por manipulação de índices oficiais de correção monetária de balanço, o que levava a valores irreais nos resultados de prêmios e sinistros.
- Má redação da norma, que define o limite de margem de forma inadequada.

O resultado da aplicação da regra atualmente em uso (com algumas adaptações para torná-la mais adequada) revelou que duas seguradoras da amostra representavam níveis de solvência abaixo do recomendável.

Uma outra seguradora, a SEG20, tinha sua solvência amplamente satisfatória como pode ser visto no Anexo 1. No entanto, sua liquidação extrajudicial foi determinada em março de 1991 e no Anexo 2 já podia ser vista a sua sinistralidade exageradamente alta com relação às demais empresas da amostra.

Em resumo, a regra atualmente em uso, além de dificuldades na sua aplicação, indica uma possível falta de efetividade quanto ao seu objetivo básico, que é o de medir o índice de solvência das seguradoras que atuam no mercado.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, B. General insurance. London: W. Heinemann, 1977.

GONÇALVES, L.R.M. O controle oficial da solvência de seguradoras no Brasil: críticas e propostas de aperfeiçoamento. Rio de Janeiro: COPPEAD, 1992.

KASTELIJN, W.M.; REMMERSWAAL, J.C.M. Solvency. Rotterdam: Nationale-Nederlanden N.V., 1986.

MINISTERE DE L' ECONOMIE DES FINANCES ET DU BUDGET. Direction des Assurances. Directives des communautés européennes en matiere d' assurance. Paris: Imprimerie Nationale, 1991. (Bulletin Officiel des Assurances, n. 14).

MIRON, M. Comparative standards of international solvency regulations of property and casualty insurance companies. Journal of Insurance Regulations, v. 1, n. 3, p. 421-439, Mar. 1993.

Anexo 1

Mapa da Solvência das Seguradoras

NECESSIDADE DE MARGEM - valores em Cr\$ 1000 de 31/12/90

(Cálculos conforme regra brasileira adaptada, ver v.1)

| | Empresa | MS | Necessidade de Margem | MS/NM |
|----|----------------|------------|------------------------------|--------------|
| 1 | SEG01 | 14,289,131 | 1,926,495 | 7.42 |
| 2 | SEG02 | 28,617,260 | 5,196,262 | 5.51 |
| 3 | SEG03 | 57,655,538 | 12,164,706 | 4.74 |
| 4 | SEG04 | 48,790,838 | 11,813,953 | 4.13 |
| 5 | SEG05 | 9,040,803 | 2,357,647 | 3.83 |
| 6 | SEG06 | 4,619,854 | 1,390,716 | 3.32 |
| 7 | SEG07 | 1,021,793 | 329,872 | 3.10 |
| 8 | SEG08 | 1,684,229 | 555,111 | 3.03 |
| 9 | SEG09 | 3,586,997 | 1,209,429 | 2.97 |
| 10 | SEG10 | 2,015,551 | 683,000 | 2.95 |
| 11 | SEG11 | 7,162,269 | 2,510,042 | 2.85 |
| 12 | SEG12 | 1,434,752 | 607,681 | 2.36 |
| 13 | SEG13 | 10,611,677 | 4,778,659 | 2.22 |
| 14 | SEG14 | 3,059,797 | 1,631,208 | 1.88 |
| 15 | SEG15 | 1,440,671 | 801,862 | 1.80 |
| 16 | SEG16 | 5,189,424 | 2,906,509 | 1.79 |
| 17 | SEG17 | 3,723,818 | 2,165,705 | 1.72 |
| 18 | SEG18 | 5,432,606 | 3,479,432 | 1.56 |
| 19 | SEG19 | 6,379,447 | 4,147,510 | 1.54 |
| 20 | SEG20 | 2,966,142 | 1,937,098 | 1.53 |
| 21 | SEG21 | 3,365,374 | 2,385,606 | 1.41 |
| 22 | SEG22 | 3,005,336 | 2,258,287 | 1.33 |
| 23 | SEG23 | 8,466,566 | 7,004,456 | 1.21 |
| 24 | SEG24 | 10,766,985 | 9,036,614 | 1.19 |
| 25 | SEG25 | 1,854,850 | 1,571,670 | 1.18 |
| 26 | SEG26 | 4,820,523 | 4,144,190 | 1.16 |
| 27 | SEG27 | 1,884,103 | 1,655,111 | 1.14 |
| 28 | SEG28 | 887,609 | 794,731 | 1.12 |
| 29 | SEG29 | 1,142,072 | 1,149,676 | 0.99 |
| 30 | SEG30 | 9,713,536 | 10,473,681 | 0.93 |

Observação: As empresas SEG04, SEG08, SEG09, SEG14, SEG15, SEG17 e SEG27 usam como estimativa para a sua Margem de Solvência o seu PL, enquanto as outras usam o AL.

Anexo 2

Mapa da Taxa de Solvência e da Sinistralidade

| | Empresa | Taxa de Solvência(%) |
|----|---------|----------------------|
| 01 | SEG01 | 148.3 |
| 02 | SEG02 | 110.1 |
| 03 | SEG03 | 94.8 |
| 04 | SEG04 | 82.6 |
| 05 | SEG05 | 76.7 |
| 06 | SEG06 | 66.4 |
| 07 | SEG07 | 62.0 |
| 08 | SEG08 | 60.7 |
| 09 | SEG09 | 59.3 |
| 10 | SEG10 | 59.0 |
| 11 | SEG11 | 58.9 |
| 12 | SEG12 | 47.2 |
| 13 | SEG20 | 46.4 |
| 14 | SEG13 | 44.4 |
| 15 | SEG24 | 39.1 |
| 16 | SEG14 | 37.5 |
| 17 | SEG15 | 35.9 |
| 18 | SEG16 | 35.7 |
| 19 | SEG17 | 34.4 |
| 20 | SEG18 | 31.2 |
| 21 | SEG19 | 30.8 |
| 22 | SEG21 | 28.2 |
| 23 | SEG22 | 26.6 |
| 24 | SEG23 | 24.2 |
| 25 | SEG26 | 24.2 |
| 26 | SEG25 | 23.6 |
| 27 | SEG27 | 22.8 |
| 28 | SEG28 | 22.3 |
| 29 | SEG29 | 19.9 |
| 30 | SEG30 | 18.5 |

| | Empresa | Sinistralidade (%) |
|----|---------|--------------------|
| 01 | SEG12 | 18.5 |
| 02 | SEG15 | 27.3 |
| 03 | SEG09 | 32.7 |
| 04 | SEG08 | 34.0 |
| 05 | SEG14 | 35.9 |
| 06 | SEG07 | 37.5 |
| 07 | SEG22 | 39.2 |
| 08 | SEG25 | 39.7 |
| 09 | SEG01 | 40.7 |
| 10 | SEG23 | 41.3 |
| 11 | SEG03 | 41.6 |
| 12 | SEG02 | 43.0 |
| 13 | SEG16 | 44.0 |
| 14 | SEG21 | 44.4 |
| 15 | SEG30 | 46.8 |
| 16 | SEG18 | 47.3 |
| 17 | SEG13 | 48.7 |
| 18 | SEG17 | 49.1 |
| 19 | SEG19 | 50.4 |
| 20 | SEG10 | 52.1 |
| 21 | SEG06 | 52.9 |
| 22 | SEG28 | 53.1 |
| 23 | SEG26 | 53.5 |
| 24 | SEG29 | 54.7 |
| 25 | SEG05 | 57.3 |
| 26 | SEG27 | 60.1 |
| 27 | SEG11 | 61.0 |
| 28 | SEG04 | 73.4 |
| 29 | SEG24 | 74.2 |
| 30 | SEG20 | 78.0 |